

CRISE ÉTICA

Em nota, presidente do Supremo ressalta independência da corte e afirma que julgamentos transcorrem com “absoluta transparência”

Ellen Gracie diz que STF não tolera pressão

IZABELLE TORRES
ESPECIAL PARA O CORREIO
SOLANO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

Cadu Gomes/CB - 28/8/07



ELLEN GRACIE: “OS FATOS, SOBRETUDO OS MAIS RECENTES, FALAM POR SI”

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, divulgou ontem nota oficial afirmando que a corte não permite nem tolera que pressões externas interfiram em suas decisões. A ministra ressaltou a “honorabilidade” dos ministros e a “independência” do tribunal e disse que os julgamentos transcorrem sempre com transparência.

Na nota, Ellen Gracie afirma ainda que “os fatos, sobretudo os mais recentes, falam por si e dispensam maiores explicações”, numa referência ao julgamento de admissibilidade da denúncia do Ministério Público Federal sobre o mensalão, esquema de pagamento de mesada a deputados da base aliada do governo. Os ministros aceitaram a maior parte da denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, e abriram ações penais contra os 40 acusados de envolvimento no caso.

A manifestação da presidente do STF ocorreu após a divulgação de declarações atribuídas ao ministro do STF Ricardo Lewandowski, segundo as quais os ministros teriam votado o caso do mensalão influenciados por pressões da mídia e “com a faca no pescoço”.

Ontem à noite, Lewandowski não negou declarações atribuídas a ele pelo jornal *Folha de S.Paulo*, mas sustentou que as citações foram colocadas fora do contexto. O ministro explicou

que, ao falar pelo celular com seu irmão Marcelo, disse que a tendência era o tribunal “amaciá-lo” com José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil, porque acreditava que o STF não iria aceitar a denúncia de formação de quadrilha no caso do petista. Lewandowski foi o único a votar contra

esse item da denúncia, apesar de ter aceito outra parte da acusação contra Dirceu.

Para a frase “todo mundo votou com a faca no pescoço”, a explicação de Lewandowski foi a de que ele estava se referindo à própria pessoa, e não ao colegiado de ministros. Segundo ele, a “faca”

tinha sido a publicação, pelo jornal *O Globo*, da troca de e-mails que manteve com a colega Cármen Lúcia durante o exame das acusações. “Julguei este mensalão sob o impacto de algo que eu considerei uma ingerência na minha esfera privada”, disse o ministro. Apesar das críticas à imprensa, Lewandowski afirmou que não vai processar nenhum jornalista nem veículo de comunicação. “Uma imprensa livre é um dos esteios do Estado de direito”, disse.

Análise técnica

Antes de Lewandowski falar sobre o assunto, outros ministros do STF negaram qualquer pressão ou influência no julgamento do mensalão. O ministro Carlos Ayres Britto afirmou que o julgamento foi técnico e baseado exclusivamente na legislação. “O julgamento foi rigorosamente técnico. Ninguém foi acuado”, enfatizou Britto.

Segundo a avaliação do ministro Gilmar Mendes, a transparência com que o julgamento transcorreu deixou claro o nível técnico das discussões e decisões. “Todos os dias estamos julgando questões importantes e não ficamos preocupados com a opinião da imprensa. Nunca me senti pressionado. Esse julgamento transcorreu como todos os outros julgamentos do STF”, disse. O ministro Eros Grau, por sua vez, afirmou que o julgamento foi “histórico, transparente e translúcido”. Para o ministro da Justiça, Tarso Genro, o julgamento da denúncia do mensalão causou tensão na sociedade, mas não houve pressão política.

COLABOROU EDSON LUIZ



e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



A confederação dos vetos

O PT permanece reunido de hoje até domingo em São Paulo. O tema de uma Assembleia Constituinte parece ter chances de entrar na pauta. Por que as reformas constitucionais empacaram no Brasil? Porque todo mundo quer mudar alguma coisa que lhe desagrade na Constituição, mas ninguém quer tocar no que lhe agrada. Aqui reside o impasse. A lista de reformas supostamente desejadas é grande. Reforma da previdência, reforma tributária, reforma sindical, reforma trabalhista, reforma política. Um observador que tenha chegado de outro planeta certamente se espantará com o fato de algo tão amplamente desejado (as reformas) encontrar tantas dificuldades para seguir em frente. E já se vão duas longas décadas desde a última Constituinte...

O período de Luiz Inácio Lula da Silva abriu-se com um grande impulso em direção às reformas. Começaram a andar as mudanças na previdência social e nos impostos. Mas o momentum reformista esgotou-se no já distante final de 2003. Sobraram, insepultos, um arremedo de reforma previdenciária e outro de reforma tributária. A primeira está empacada na regulamentação da previdência complementar para os funcionários públicos. A segunda, no desacordo entre governadores quanto à unificação nacional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Num balanço preliminar, o gigantesco esforço político realizado pelo governo federal em 2003 para fazer avançar essas duas reformas resultou em quase nada. Já em 2004 vieram os primeiros tornados da crise política, que acabou virando furacão nos dois anos seguintes. Desde então, estamos submetidos a uma espécie de confederação dos vetos. Nenhum ator político tem, sozinho, força parlamentar ou social para destruir o processo. E não há ator político disposto a fazer concessões para acabar com o impasse.

O PT, por exemplo, tem defendido uma Constituinte que trate somente da reforma política. Isso porque o PT quer a reforma política. Mas os petistas não aceitam mexer em outras coisas na Constituição, pelo risco que esse movimento representaria para conquistas muito caras à base social do PT. Já a oposição não quer nem ouvir falar em Constituinte para esse fim (reforma política), pois teme que a iniciativa levante a lebre de um terceiro mandato para Lula. Como alternativa, a oposição desenha um cenário em que ela vai ganhar as próximas eleições presidenciais e vai ter, então, a força necessária para destravar as reformas. Mas, ainda que a oposição vença, certamente herdará um país suficientemente dividido, do ponto de vista político, para que o impasse atual se estenda.

O presidente Lula elaborou uma estratégia para o segundo mandato com base na premissa de que nada vai andar mesmo no Congresso Nacional até 2010. O governo decidiu concentrar-se na execução orçamentária para tentar chegar com musculatura à sucessão presidencial. O máximo a que Lula parece disposto é montar uma base para votar a CPMF e a DRU. Uma base para que Lula possa caminhar nos próximos três anos e quatro meses sem mais dores de cabeça políticas do que já tem. Do ângulo do interesse nacional, entretanto, talvez esteja na hora de pensar em saídas para o impasse. Ou bem se acredita que as reformas não são necessárias — e se for assim isso deve ser dito às claras —, ou então quem propõe as reformas deve dizer como conseguir fazê-las. O que não dá é continuar jogando para a platéia, enquanto dentro de campo o time não sai do zero a zero.

Problemas na base aliada

LUIZ CARLOS AZEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

A Câmara dos Deputados vive uma crise de liderança em consequência do abalo provocado pelo escândalo do mensalão, que afastou do centro da cena política os principais quadros da base governista, inclusive o seu principal artífice, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que foi o político mais poderoso do governo Lula no primeiro mandato. O bloco formado pelo PT, o PR (antigo PL), o PP e o PTB continua hegemônico, mas já não é capaz de protagonizar a agenda da Câmara, muito menos atuar como um “rolo compressor” contra a oposição. Quem tenta recuperar o controle da Câmara é o PMDB, que já conta os dias para voltar à Presidência da Casa, graças ao acordo feito para eleição do petista Arlindo Chinaglia (SP) ao cargo.

A abertura do processo contra os 40 envolvidos no escândalo do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal — dentre eles os deputados João Paulo Cunha (PT-SP), José Genoíno (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT) — aprofunda essa crise de liderança. Eles vinham atuando nos bastidores para manter o controle da Câmara nas mãos desse grupo suprapartidário e reunificar base do governo. Hoje, os decanos do colégio de líderes são o peemedebista Henrique Eduardo Alves (RN), e o líder do PDT, Miro Teixeira, que não têm força junto ao baixo clero. O líder do governo, José Múcio Monteiro (PTB-PE), nem de longe tem o peso político que tiveram seus antecessores. Com estilo discreto e conciliador, o petebista deixa saudades

Iano Andrade/CB - 16/3/07



HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN) E MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ): LÍDERES COM POUCA FORÇA NO BAIXO CLERO

no Palácio do Planalto da atuação resoluta e agressiva do ex-deputado Professor Luizinho (PT-SP). O ex-líder do governo, por causa do escândalo, não conseguiu se reeleger e está entre os réus do caso mensalão.

Enquanto os líderes do PT, Luiz Sérgio (RJ), e o líder do DEM, Onyx Lorenzoni, protagonizam radicalizados debates em plenário, novos atores políticos passam a dar as cartas nas negociações da Câmara com o

governo Lula. O principal é o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), relator do projeto de prorrogação da CPMF cuja aprovação atualmente é a maior dor de cabeça para o Palácio do Planalto. Ex-integrante da tropa de choque do ex-governador fluminense Anthony Garotinho (PMDB), Cunha virou uma eminência parda e dá as cartas na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo jovem deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), de quem é uma espécie de tutor político. Foi o principal responsável pela indicação do ex-prefeito do Rio Luiz Paulo Conde para a presidência de Furnas, a principal exigência da bancada do PMDB fluminense para apoiar o governo.

No mesmo vácuo, crescem os novos líderes do PP, Mário Negromonte (BA), do PR, Luciano Castro (RR) e do PTB, Jovair Arantes (GO), que hoje comandam as bancadas dos principais partidos que estiveram envolvidos no escândalo do

mensalão. Com o apoio de seus antecessores, nada acontece na Câmara sem o aval desses três deputados aliados do governo. Atuam em bloco e são afinadíssimos nas discussões de plenário.

Bloco de esquerda

O deputado Ciro Gomes (PSB-CE) é outro que ocupa cada vez mais espaço. Despacha até no cafezinho do Senado como principal liderança da base governista com assento na Câmara. É em torno de sua candidatura à sucessão de Lula em 2010 que o bloco de esquerda formado pelo PSB-PDT-PCdoB se fortalece. Para isso, conta com articuladores como Miro, o líder do PCdoB, Renildo Calheiros (PE), e o líder do PSB, Márcio França (SP). Esse bloco está em rota de colisão com os principais partidos da base, o PMDB e o PT, por causa da disputa pela Presidência da Casa no começo da legislatura.

É nesse cenário que o governo enfrenta dificuldades imprevisíveis para a votação da CPMF na Câmara. A situação só não é mais complicada porque a oposição aceitou a lógica de confronto adotada pelo governo e está dividida.

PIZZA PARA JOÃO PAULO

Petistas realizaram ontem à noite o que chamaram de ato de desagravo pelo deputado João Paulo Cunha (PT-SP), que virou réu no inquérito do mensalão. O evento ocorreu numa churrascaria, mas o cardápio foi rodízio de pizza. Cerca de 300 pessoas compareceram, entre elas a ex-deputada Angela Guadagnin, que ficou famosa por dançar na Câmara para comemorar a absolvição de um mensaleiro. João Paulo afirmou que estava em dúvida sobre a pertinência do ato, mas acabou achando uma boa idéia.